

Decisões sobre Orçamento serão colegiadas em 92

Marcos Magalhães

O espaço de manobra do relator-geral do projeto de Orçamento da União para 1992 promete ser bem mais limitado do que nos anos anteriores. O projeto de regimento da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que será votado na próxima semana, restringirá duramente a atual liberdade do relator, cuja indicação sempre motivou grandes disputas políticas.

De acordo com o novo regimento, já aprovado pela subcomissão encarregada de elaborar as normas para a tramitação do Orçamento, o relator-geral não poderá mais alterar os pareceres setoriais sem expressa autorização do plenário da Comissão. Na prática, isto significa que a decisão sobre a destinação dos recursos públicos será tomada por um grupo ampliado de parlamentares — e não mais pelo antes todo-poderoso relator-geral.

O regimento estabelece que caberá ao relator-geral adequar os pareceres setoriais sem promover nenhuma alteração nos textos originais. As únicas ressalvas são para as mudanças, — tanto as sugeridas por ele como as por destaques de deputados e senadores, aprovadas pelo plenário da Comissão.

A importância do cargo de relator-geral inspirou a criação de grupos que procuravam se manter sempre no comando da Comissão para influir ao máximo na liberação de recursos para suas pró-

prias bases eleitorais. O deputado João Alves (PFL-BA), relator do Orçamento deste ano e de outros projetos anteriores à redemocratização, conseguiu emplacar no texto generosas dotações para seu estado natal, a Bahia.

Caso seja aprovado pela Comissão, o projeto de regimento patrocinará a divisão de poder entre o relator-geral e os relatores de subcomissões temáticas. Além da subcomissão de Acompanhamento e Fiscalização, estão previstas sete subcomissões para assuntos específicos: Infra-Estrutura; Educação; Saúde e Ação Social; Agricultura e Reforma Agrária; Trabalho e Previdência; Economia; e Defesa, Relações Exteriores, Presidência da República e Poderes Legislativo e Judiciário.

A proporcionalidade partidária deverá ser obedecida na composição de cada subcomissão, que analisará o setor do Orçamento diretamente ligado à sua competência. Os relatores das subcomissões poderão indicar relatores parciais para analisar temas específicos, para depois elaborar seus próprios pareceres.

Ao contrário de antes, quando o relator-geral da Comissão não tinha compromisso com os relatórios parciais, desta vez os pareceres das subcomissões terão de ser obedecidos na hora da preparação do texto final a ser submetido ao plenário. Com esta alteração, deverá ficar mais difícil a manipulação de verbas por um pequeno grupo de parlamentares.